



<b>Processo nº</b>	10120.725607/2011-54
<b>Recurso</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>2301-007.152 – 2ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	3 de março de 2020
<b>Embargante</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	TULIO INACIO JUNQUEIRA

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Ano-calendário: 2004

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO.**

Constatada contradição no julgado, cabem embargos para prolação de decisão saneadora do vício.

**NULIDADES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.**

Não se apresentando as causas elencadas no artigo 59 do Decreto nº 70.235/72, não há falar em nulidade no processo administrativo fiscal.

**VÍCIOS DO MPF NÃO GERAM NULIDADE DO LANÇAMENTO.**

As normas que regulamentam a emissão de mandado de procedimento fiscal (MPF), dizem respeito ao controle interno das atividades da Secretaria da Receita Federal, portanto, eventuais vícios na sua emissão e execução não afetam a validade do lançamento.

**PRAZO PARA APRECIAÇÃO DE DEFESAS OU RECURSO ADMINISTRATIVO. NÃO OBSERVAÇÃO DO PRAZO DE 360 DIAS DISPOSTO NO ART. 24 DA LEI 11.457, DE 2007. NULIDADE DO LANÇAMENTO. INOCORRÊNCIA.**

Não caracteriza nulidade do lançamento a extração do prazo de 360 dias disposto no artigo 24 da Lei 11.457, de 2007, pois não foi estabelecida nenhuma sanção administrativa específica em caso de seu descumprimento.

**OMISSÃO DE RENDIMENTOS. LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS. TRIBUTAÇÃO. SÚMULA CARF 26.**

A presunção estabelecida no art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996, aplicável a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 1997, autoriza o lançamento com base em depósitos bancários de origem não comprovada pelo sujeito passivo e dispensa o Fisco de comprovar o consumo da renda representada pelos depósitos bancários sem origem comprovada.

**DEPÓSITOS BANCÁRIOS. ATIVIDADE RURAL.**

Comprovado que parcela dos créditos bancários tem origem na atividade rural, cujo resultado se apura, necessariamente pelo arbitramento, face à omissão do sujeito passivo em comprovar a escrituração das receitas e despesas, aplica-se o

percentual de 20% sobre a receita conhecida, para se aferir a parcela não comprovada dos créditos bancários.

#### **DEPÓSITOS BANCÁRIOS, OMISSÃO DE RENDIMENTOS, TRANSFERÊNCIAS, CONTAS DE MESMA TITULARIDADE.**

Para efeito de determinação da receita omitida, não serão considerados créditos decorrentes de transferências de outras contas de mesma titularidade.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em acolher os embargos, com efeitos infringentes, para, rerratificar o Acórdão nº 2301-006.068, de 09/05/2019, alterar-lhe o decisum e a conclusão do voto, de forma a negar provimento ao recurso de ofício e, quanto ao recurso voluntário, rejeitar a preliminar e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para excluir da base de cálculo o valor de R\$ 31.621.504,17. Vencidos os conselheiros João Maurício Vital e Sheila Aires Cartaxo Gomes que votaram por considerar não justificado o depósito de R\$ 10.000.000,00.

(documento assinado digitalmente)

Sheila Aires Cartaxo Gomes - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Paulo César Macedo Pessoa - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: João Mauricio Vital, Wesley Rocha, Cleber Ferreira Nunes Leite, Fernanda Melo Leal, Paulo Cesar Macedo Pessoa, Fabiana Okchstein Kelbert (Suplente Convocada), Wilderson Botto (Suplente Convocado) e Sheila Aires Cartaxo Gomes (Presidente). Ausente a conselheira Juliana Marteli Fais Feriato, substituída pela conselheira Fabiana Okchstein Kelbert.

### **Relatório**

Trata-se de embargos da Fazenda Nacional que apontou contradição no Acórdão nº 2301-006.255, de 09/07/2019, que negou provimento ao recurso de ofício e, quanto ao recurso voluntário, rejeitou a preliminar e, no mérito, deu-lhe PARCIAL PROVIMENTO para excluir da base de cálculo o valor de R\$ 33.621.504,17.

Os embargos foram regularmente admitidos.

É o relatório.

### **Voto**

Conselheiro Paulo César Macedo Pessoa, Relator.

O acórdão embargado, que versou sobre a infração de omissão de rendimentos caracterizada por créditos bancários de origem não comprovada, reputou admitida a comprovação de crédito no montante de R\$ 33.621.504,17. Contudo, deixou de se manifestar “se ocorreu a devida tributação do montante lançado ou se este valor estava fora do campo da incidência do tributo”.

Passo a analisar o mérito dos embargos.

Os créditos bancários cuja origem foi reputada comprovada no Acórdão Embargado foram agrupados na tabela transcrita abaixo:

Descrição	Fonte da informação	Valor
Somatório dos montantes especificados no Anexo I (transferência entre contas do mesmo titular)	e-fls. 2119/2120	R\$5.417.742,66
Venda da Fazenda Floresta	e-fls. 2115	R\$13.032.000,00
Montantes fora dos extratos bancários juntados aos autos.	e-fls. 2115/2116	R\$5.040.108,76
REDUÇÃO SDO DEVEDOR	e-fls. 2116	R\$82.256,21
REDUÇÃO SDO DEVEDOR	e-fls. 2116	R\$49.396,54
Independência S.A. - depósitos comprovados (e-fls. 1974)	e-fls. 2116	R\$10.000.000,00
Total a ser excluído da base de cálculo		R\$33.621.504,17

Da análise das parcelas referidas acima, bem como dos elementos de informação dos autos, verifico que parte dos créditos bancários excluídos não integra a base de cálculo do imposto de renda, relativo ao fato gerador complexivo. Explico:

- a) A parcela de R\$ 5.417.742,66 refere-se a transferência entre contas bancárias do mesmo titular, não revelando riqueza nova a ser tributada.
- b) A parcela de R\$ 13.021.000,00 refere-se a alienação de imóvel. Cumpre observar que o eventual ganho de capital, fato gerador mensal, auferido nessa operação não integra o escopo da lide, bem como não impede o reconhecimento da comprovação da origem dos respectivos créditos, para fins de exclusão da base de cálculo do imposto de renda no ajuste anual.
- c) A parcela de R\$ 5.040.108,76 refere-se a crédito bancários não especificados nos extratos bancários acostados aos autos, de modo a caracterizar a ausência de prova do fato gerador.
- d) As parcelas de R\$ 82.256,21 e R\$ 49.396,54 referem-se a lançamento para redução de saldo devedor, compensado no mesmo dia, conforme tese deduzida pela defesa (vide e-fls. 1974), acolhida no Acórdão Embargado.

Quanto aos créditos bancários originários da empresa Independência S.A, no montante de R\$ 10.000.000,00, estes se referem à alienação de bovinos, consoante Relatório de Diligência de e-fls. 2112 e seguintes, pelo que a autoridade lançadora, em sede de diligência, manifestou-se pela exclusão da base de cálculo do imposto. Não obstante, o sujeito passivo não apurou resultado da atividade rural, em que pese a farta documentação acostada os autos evidenciando tal atividade.

Nesse caso, considerando a tributação favorecida dessa atividade; considerando, ainda, que o sujeito passivo furtou-se a apresentar a escrituração da atividade rural, embora tenha sido intimado, no curso da ação fiscal; o resultado da atividade rural, a ser computado no fato gerador do imposto de renda anual, dar-se-ia, necessariamente, pelo arbitramento, nos termos do §2º do art. 18 da Lei nº 9.250, de 1995, que implica sujeição ao ajuste anual de 20% do montante da receita bruta, devendo ser mantido esse percentual na base de cálculo do imposto. Assim, a

parcela efetivamente comprovada desses créditos assim entendida àquela que não integra a base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, é de R\$ 8.000.000,00, de modo a manter na base de cálculo o resultado da atividade rural não oferecida à tributação.

Em decorrência dessa análise, o total dos créditos a serem excluídos da base de cálculo fica alterado de R\$ 33.621.507,17, para R\$ 31.621.507,17.

Isso posto, voto por acolher os embargos, com efeitos infringentes, para, ratificando o Acórdão nº 2301-006.068, de 09/05/2019, alterar-lhe o *decisum* e a conclusão do voto de forma a NEGAR PROVIMENTO ao recurso de ofício e, quanto ao recurso voluntário, rejeitar a preliminar e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para excluir da base de cálculo o valor de R\$ 31.621.504,17.

(documento assinado digitalmente)

Paulo César Macedo Pessoa